

# CAFÉ E TRABALHO NA ZONA DA MATA MINEIRA, 1870-1900

Luiz Fernando Saraiva\*

O objetivo do presente trabalho é o de discutir o regime de trabalho na Zona da Mata mineira para a 2ª metade do século XIX, perpassando assim, o período da escravidão, abolição e a primeira década de trabalho livre no país. A Zona da Mata mineira foi a principal região produtora de café de Minas Gerais, sendo responsável por mais de 70% da arrecadação provincial, contribuindo em média com 20% da produção nacional para o período. De maneira diferenciada em relação às regiões cafeeiras do Rio de Janeiro e de São Paulo, a Zona da Mata mineira atravessou a transição para o trabalho escravo a partir de um vigoroso crescimento e diversificação das atividades econômicas (distanciando-se, portanto da decadência assistida na região sul-fluminense), e recorrendo principalmente ao trabalho dos libertos (afastando-se também do 'modelo' do oeste paulista). A viabilidade das formas de trabalho não-capitalistas com a produção voltada para exportação são também discutidas como forma a ressaltar as especificidades da transição do trabalho escravo e das várias regiões do país.

Os recentes conflitos ocorridos no campo brasileiro têm demonstrado como as questões agrárias estão longe de serem resolvidas em nosso país. A reestruturação política dos agentes proprietários de terras, ou ligados ao chamado *agrobusiness*, pressupõem a modernização do campo; deixando intocada, é claro, a questão da reforma agrária e da propriedade de terras. Regina Bruno anuncia este fato em seu trabalho **Senhores de Terra, Senhores da Guerra** onde demonstra a capacidade destes setores de re-organização, principalmente a partir da constituinte de 1988 e nos últimos anos.<sup>1</sup>

A perenidade de *estruturas arcaicas de dominação* perpassa assim toda a história do Brasil e remontam mesmo ao período anterior à nossa própria colonização; tem a suas origens em uma sociedade portuguesa ainda por demais ligadas ao *medievo*. Trata-se, na verdade, de um processo que tinha, parafraseando uma recente e influente produção historiográfica, *o arcaísmo como possibilidade*.<sup>2</sup> Entender esta situação passa pelo resgate de grande parte de nossa história e de entendê-las em seus múltiplos aspectos tanto sociais quanto políticos, econômicos, culturais e regionais.

Mesmo assim, a maior parte dos historiadores destaca ser o fim da escravidão como a *mudança estrutural* que permitiu ao Brasil dar início à generalização de relações *predominantemente* capitalistas e, muito embora, se assista um grande crescimento no processo de urbanização e industrialização, que se fortalece com ambas as 'rupturas' (abolição e república), o 'campo' continuaria sendo a principal fonte de riqueza, prestígio e poder no Brasil, até meados da década de 50 deste século. A maior parte dos estudos que se dedicados ao universo dito rural também centram a sua atenção nas relações políticas, ou mesmo nas 'estratégias' dos grandes fazendeiros, onde a abolição seria *pari-passu*, a efetivação de relações capitalistas de produção. Existem entretanto, diversos trabalhos que apontam para as varias alternativas das relações sociais estabelecidas na passagem da escravidão para o trabalho livre no campo. Estes trabalhos tratam principalmente da transição no caso de São Paulo e, mais especificamente no Oeste Paulista,

---

\* Professor de História do Brasil Império da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

<sup>1</sup> BRUNO, Regina. **Senhores de Terra, Senhores da Guerra: A nova face política das elites agroindustriais no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1997.

<sup>2</sup> FRAGOSO, João Manuel e FLORENTINO **O Arcaísmo como projeto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

cristalizando uma visão da imigração como a grande solução para a lavoura, além de discutir uma visão de maior, ou menor ‘racionalidade’ dos fazendeiros/empresários paulistas.

Podemos encontrar, entretanto, algumas ‘lacunas’ quanto à compreensão desta transição. À exceção do ‘modelo’ paulista,<sup>3</sup> faltam ainda vários estudos para podermos ter uma visão mais complexa e precisa deste processo. A importância da História Regional, neste momento, surge como forma de consolidar nosso conhecimento sobre a especificidade deste processo nas várias regiões do país, de modo a auxiliar na ‘desmontagem’ de visões estereotipadas, ou adequadas tão somente para explicar o ocorrido apenas em determinados ‘centros’ (Rio, São Paulo), mas que costumam ser generalizadas, com validade explicativa, para o resto do país.

Em uma rápida visão sobre os estudos que nos permitem estudar a transição, podemos entender como têm variado as interpretações não só sobre o trabalho em si, mas também sobre a própria estrutura da sociedade brasileira no período. Inicialmente nos ‘textos’ clássicos da historiografia como Caio Prado Junior, Celso Furtado e Emília Viotti,<sup>4</sup> dentre outros para percebemos a visão recorrente de uma transição *lato sensu* para um modelo de capitalismo. Nestes trabalhos a Abolição significaria necessariamente a emergência do Modo de Produção Capitalista no Brasil, incluindo aí as relações de trabalho que, mecanicamente, evoluiriam para o sistema assalariado. Ou dito de outra forma, as relações de trabalho estabelecidas durante esta transição, a meação, a parceria, o arrendamento em suas múltiplas formas seriam *necessariamente* pré-capitalistas. Por força das circunstâncias, as diversas regiões – especificamente as ‘periféricas’ – teriam assumido estas formas de trabalho pré-capitalistas, por uma ausência de acumulação de capitais, decadência econômica, ou mesmo uma mentalidade mais ‘tradicional’ e portanto um sistema de dominação calcado em bases mais personalísticas. O modelo ‘paulista’, com a utilização maciça de imigrantes e o assalariamento seriam então as formas dominantes desta transição para o país. Tais estudos acabaram por criarem o mito do trabalho imigrante que posteriormente foi generalizado como validade explicativa da transição no Brasil, além de consolidar uma visão dita ‘moderna’ e ‘progressista’ dos cafeicultores do Oeste Paulista, já discutida e questionada em diversos trabalhos.

Ao mesmo tempo, é importante resgatar a percepção e importância destes primeiros autores em destacar as especificidades desta transição, bem como os limites impostos pelas fontes de então. As palavras de Caio Prado Junior a este respeito são fundamentais:

Não devemos contudo aventurar-nos muito em conclusões fundadas unicamente em manifestações expressas, e julgar a questão somente por elas. Na análise desta matéria é preciso muitas vezes ler nas entrelinhas dos fatos que chegaram até nosso conhecimento para se avaliar com alguma segurança, o seu estado em cada momento. Nota-se em torno dela uma conspiração de silêncio que pode iludir e iludiu muitas vezes os historiadores. O que se encontra na imprensa, nas demais publicações da época,

---

<sup>3</sup> Ver, entre outros: MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. 2ª ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1981 e STOLCKE, Verena **Cafeicultura - Homens, Mulheres e Capital**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

<sup>4</sup> Os livros são principalmente: PRADO JR. Caio. **História Econômica do Brasil**. 17ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1977; VIOTTI, Emília. **Da Senzala à Colônia**. 3ª ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1988 e FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1974.

no Parlamento - **que são nossas melhores fontes de informação** - não corresponde certamente, no mais das vezes à importância que o problema escravista efetivamente representava aos olhos dos contemporâneos.<sup>5</sup>

As fontes de informação tornam-se portanto, fundamentais para a compreensão desta transição. A falta de registros ‘privados’ sobre o trabalho livre acaba se relacionando mais a uma ausência de organização de arquivos históricos no Brasil, pois a partir de novos trabalhos que, utilizam-se de novas fontes – os inventários *post-mortem* e os processos-crimes em especial destaque – puderam em grande parte rediscutir estas questões e ‘corrigir’ estas lacunas.

As visões destes autores mereceram diversas críticas por parte dos historiadores a partir de então, desde aos tipos de fontes utilizadas, até mesmo sobre uma visão ‘mecânica’ de escravidão e dominação que acabou a ser associada a assim chamada *Escola Sociológica Paulista*, que tem como seus principais expoentes Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni. Extremamente criticada por autores de diversas tendências, principalmente a partir das décadas de 80/90.<sup>6</sup> Mesmo assim, é importante frisarmos que estes primeiros estudos, de Caio Prado Júnior, Celso Furtado e Emília Viotti entre outros, não se enquadram nesta *Escola Sociológica Paulista* muito embora seus estudos tenham sido fundamentais para a visão estabelecida pelos autores desta.<sup>7</sup>

*Grosso modo* estas pesquisas indicavam 3 cenários possíveis para a transição no caso Brasileiro, o primeiro modelo seria o ocorrido no Oeste Paulista Modelo ‘Paulista’: onde a mão-de-obra imigrante (de origem européia) teria evoluído da *Parceria* (como forma pré-capitalista) para o *Colonato* (como forma capitalista). Nesse caso se teria assistido uma evolução ‘completa’ com a exclusão das formas transitórias de trabalho. A questão da terra não teria assumido uma importância crucial, pois as fontes de financiamento da lavoura (cafeeira principalmente), bem como o maquinário, teriam dado um caráter mais capitalista à empresa agrícola.<sup>8</sup>

Um segundo modelo seria o de regiões dinâmicas: como em áreas do nordeste (notadamente as Zonas da Mata) parte do Sul e do Sudeste, nesses casos, o controle da terra (Latifúndio) seria a única forma de se evitar a decadência dos senhores rurais, reforçando o *Mandonismo* e levando a adesão da *Parceria* e *Meação* como formas predominantes de trabalho. Nesse modelo assistimos, portanto, uma evolução ‘incompleta’ nas relações de trabalho que impediriam o maior desenvolvimento dos demais setores econômicos (urbano – industrial principalmente).<sup>9</sup>

---

<sup>5</sup> PRADO JUNIOR, Caio op cit. p. 186.

<sup>6</sup> Para um balanço deste debate, sobre as visões da historiografia ver principalmente Martins, José de Souza. op cit. também GORENDER, Jacob. **Escravidão Reabilitada**. São Paulo: Ática, 1989 e como contraponto SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, Rocios e Rebeldes**, trad. de Jussara Simões. Bauru, SP, Ed. da USC, 2001.

<sup>7</sup> Cf., por exemplo VIOTTI, Emília. Novos Públicos, Novos Domínios, Novas Histórias: Do Reduccionismo Econômico ao Reduccionismo Cultural, Uma Tentativa de Superação Dialética. In: **Anos 90**, Revista do PPGH – UFRS, 10/dez/1998.

<sup>8</sup> Cf, por exemplo. KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e Vadiagem – a origem do trabalho livre no Brasil**. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

<sup>9</sup> Cf. para a Zona da Mata mineira LANNA, Ana L. **A Transformação do Trabalho: A Passagem Para o Trabalho Livre na Zona da Mata Mineira, 1870 – 1920**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

Um terceiro modelo seria o de regiões decadentes como o sertão nordestino, áreas do Vale do Rio Paraíba (sudeste), regiões centrais (Goiás e Mato Grosso) e do Norte do país, nesses casos a perda do controle das terras pelos proprietários levaria a fragmentação das propriedades e a adoção de uma economia de subsistência, ou em outros termos à um involução.<sup>10</sup>

Em trabalhos posteriores já podemos perceber como evoluíram as discussões sobre a passagem do trabalho cativo para o livre. O ‘aviso’ de Kátia Matoso em sua obra **Ser escravo no Brasil** ainda permanece atual quando tratamos da Transição do Trabalho Escravo para o Livre no Brasil, segundo a autora *o escravo, ao qual a lei dá os mesmos direitos na mesma data, não é recebido da mesma maneira na sociedade nordestina e na sociedade paulista, e é preciso ter em conta vários brasis se quisermos falar das formas variadas da ‘liberdade’ dos libertáveis, dos libertos e dos seus filhos.*<sup>11</sup>

Para falar, mesmo de maneira sucinta e superficial sobre estes vários *Brasis*, temos sobre a província do Espírito Santo a obra **Escravidismo e Transição** de Vilma Almada, publicada já na década de 80. Trata-se, na verdade, de um grande estudo não só de história econômica-social de base regional, mas também, e principalmente, inovador no sentido de se combinar a análise de diversas tipologias de fontes – alforrias, inventários, processos crimes, jornais, relatórios de presidente de província – para demonstrar as estratégias de utilização do trabalho do ex-cativo no período imediatamente posterior à abolição.<sup>12</sup> A autora também aborda as tentativas de utilização do braço imigrante (italiano e alemão) e o escasso sucesso destas tentativas que demonstram ser o ‘modelo’ paulista, longe de hegemônico, muito mais uma exceção em meio à diversidade regional das ‘transições’ que compõem o Brasil no final do oitocentos. As especificidades da província do Espírito Santo, como a colonização relativamente recente, a grande extensão das fazendas cafeeiras e a tentativa de criação de núcleos de colonização ‘oficiais’ dão-nos uma mostra bastante significativa de uma transição com características próprias e chamam a atenção para a necessidade de mais estudos de cunho regional – sem cair no regionalismo redutor – que situem diferentes ‘projetos’ e soluções para a ‘falta de braços’.<sup>13</sup>

Um outro grande avanço nos estudos sobre transição veio ainda na década de 80 com trabalhos sobre o ‘modelo’ paulista, mais especificamente o Oeste Paulista, que já tinha a grande parte da história de sua transição realizada em diversos trabalhos. Dentre os novos estudos mais importantes podemos citar **Cafeicultura** de Verena Stolcke e **O Cativeiro da Terra** de José de Souza Martins. Neles o colonato é apontado como a principal alternativa utilizada pelos

---

<sup>10</sup> FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1974.

<sup>11</sup> MATTOSO, Kátia Queiroz **Ser Escravo no Brasil**. Tradução de James Amado, São Paulo: Ed. Brasiliense, 3ª ed. 1990. p. 200

<sup>12</sup> ALMADA, Vilma. **Escravidismo e Transição**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

<sup>13</sup> Existe um debate clássico no caso da transição capixaba entre a autora e a pesquisadora Nara Saletto quanto a importância das colônias de imigrantes alemães e italianos que demonstram a necessidade de maiores estudos que aprofundem a compreensão mesmo dentro de uma província de menor dimensão econômica para o século XIX cf. SALETTO, Nara. **Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo**. Vitória: EDUFES, 1996.

cafeicultores da região, dotada de racionalidade própria e não simplesmente como uma ‘passagem’ para uma forma ‘moderna’ ou ‘superior’ que seria necessariamente o assalariamento. Estes dois trabalhos contrariam a visão recorrente na historiografia sobre a região; principalmente sobre as relações sociais de produção e a forma predominantemente adotada pelos fazendeiros desta região.

A participação de colonos imigrantes na substituição ao escravo já é algo consolidado no caso, específico, de parte do Oeste Paulista. Entretanto, grande parte destes trabalhos, apresentava o assalariamento como a forma predominante desta transição. Segundo esta visão, o fim da escravidão seria, necessariamente a efetivação do Modo de Produção Capitalista no Brasil.

Esta visão é discutida, embora com enfoques diferentes, por estes dois autores que avançaram muito no debate sobre a transição. Desta forma, Verena Stolcke discute o conceito que vê o colonato como forma de trabalho ‘atrasada’, ou arcaica, indicando, ao contrário, a sua sobrevivência no Estado de São Paulo até bem depois de 1929. Outro mérito deste estudo é o de apontar não para uma visão ‘progressista’ ou moderna dos cafeicultores do oeste paulista, mas sim tomar o trabalho imigrante como a única solução possível dentro da crise gerada pelo fim do tráfico de escravos. Assim a visão positiva de uma mentalidade capitalista cede lugar às complexas relações de acumulação mercantil, debates políticos e razões práticas que tem seu ponto de inflexão a partir das experiências da Fazenda de Ibiacaba em 1847.<sup>14</sup>

Também Chiara Evangelista avança sobre esta visão ao estudar as relações de trabalho demonstrando o crescimento das formas de trabalho tanto de parceria quanto em contratos de colonos, onde apenas uma pequena parte do trabalho receberia remuneração monetária.<sup>15</sup>

Aprofundando esta questão, temos no trabalho de José de Souza Martins uma importante contribuição teórica acerca das condições da substituição do trabalho cativo. O caráter essencialmente comercial da economia cafeeira determinou, segundo José de Souza, uma transição não-capitalista, onde as formas de efetivação do lucro seriam mediadas o tempo todo pela realização da mercadoria café, ou, *A primeira etapa da expansão do capitalismo é a produção de mercadorias e não necessariamente a produção de relações de produção capitalistas.*<sup>16</sup> O autor avança ainda mais ao situar o regime do colonato como um dos principais fatores da acumulação capitalista da forma como se deu, o que teria sido impossível caso o regime de trabalho fosse o assalariamento. Desta forma o colonato gerava uma renda-em-trabalho (e não uma mais-valia no sentido estrito) que garantia a própria expansão das fazendas, ao aumentar as possibilidades de renda do fazendeiro.

O livro de Martins é também elucidativo ao relacionar de que formas as rendas originadas do sistema de colonato puderam coexistir com a remuneração em espécie, o que também aumentava o grau de monetização da economia (principalmente paulista), contribuindo para expandir um

---

<sup>14</sup> STOLCKE, Verena. op cit.

<sup>15</sup> VANGELISTA, Chiara. **Os Braços da Lavoura. Imigrantes e ‘Caipiras’ na Formação do Mercado de Trabalho Paulista (1850 – 1930)**. Tradução Thei de Almeida Viana Bertorello, São Paulo, Hucitec, São Paulo, 1991

<sup>16</sup> MARTINS, José de Souza op cit. p. 21.

mercado interno. Temos então uma importante discussão acerca da racionalidade ‘capitalista’ que supostamente teriam os cafeicultores que optavam pelo trabalho livre e como as várias formas encontradas não seriam necessariamente pré-capitalistas, mas dotadas de uma lógica e racionalidade próprias, o que nos levaria a outro conceito, proposto pelo autor, o das relações de trabalho ‘não-capitalistas’.

Debatendo com a chamada *Escola Sociológica Paulista* o estudo de Martins tem também o mérito de ampliar a discussão, sobre a ‘mentalidade’ de fazendeiros e industriais paulistas, onde a utilização maciça de imigrantes europeus teria levado aqueles fazendeiros e, posteriormente industriais a deterem uma visão mais ‘racional’, ou capitalista que, faltaria ao resto do país. O trabalho de Martins refuta esta tese, apontando para questões mais significativas, como a necessidade de se entender conceitos econômicos mais profundos sobre a ‘racionalidade’ do sistema de exploração da mão-de-obra no campo, daí a existência de relações ‘não-capitalistas’ até períodos contemporâneos no campo brasileiro, como também aponta Verena Stolcke.

De forma coincidente, trabalhos realizados sobre a economia do Rio de Janeiro no século XIX apontam para um crescimento do mercado interno e para a diversificação das atividades agrícolas<sup>17</sup>. A expansão e decadência da economia do Rio de Janeiro perpassam, *grosso modo*, o período da transição do trabalho escravo, sendo, fundamental perceber que nessa região a transição da mão-de-obra se deu de maneira diferente do Oeste Paulista, ao mesmo tempo em que a região (o Rio de Janeiro) sofre uma grande estagnação e, em alguns casos involução. O trabalho clássico neste sentido vem de Stanley Stein, no livro sobre Vassouras, onde a utilização de diversas fontes, jornais, atas de reuniões das câmaras municipais, inventários *post-mortem* permite uma visão bem rica da transição da escravidão. Para o autor, o que vem sendo confirmado em estudos mais recentes, a decadência do Vale do Paraíba fluminense, se liga mais ao esgotamento do solo, ao seu uso intensivo, as pragas que assolaram as plantações e; muito menos à questão da mão-de-obra, onde a utilização do trabalho de ex-escravos, ao contrário, foi uma das formas que manteve uma certa taxa de lucro nos investimentos dos cafeicultores da região.<sup>18</sup>

Mas talvez a crítica mais contundente a esta visão que associa escravidão com atraso vem do artigo **Análise econômica da escravidão no Brasil** de Pedro Carvalho de Mello e Robert Slenes, que, se apoiando tanto em discussões teóricas, quanto em pesquisas em fontes primárias demonstram um alto grau de racionalidade econômica na manutenção do trabalho escravo pelos cafeicultores do Vale da Paraíba e de Senhores de Engenho no Nordeste Brasileiro. Estes autores demonstram como a utilização do trabalho escravo continuaria a ser uma das mais lucrativas opções de investimento dos grandes fazendeiros para além de questões como poder, gasto suntuoso, ou outros valores culturais. Ao discutirem questões como a expectativa de vida dos escravos, ou a taxa

---

<sup>17</sup> MENDONÇA, Sônia Regina. **A Primeira Política de Valorização do Café e sua Vinculação com a Economia Agrícola do Estado do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado, Niterói: ICHF/UFF, 1977.

<sup>18</sup> STEIN, Stanley. **A grandeza e decadência do café**. Editora Brasiliense, São Paulo 1983, p. 338

de retorno do investimento, ou ainda a incapacidade que os agentes econômicos tinham de prever o fim da escravidão (o ‘quando’), fica claro que grande parte as discussões sobre a transição da mão-de-obra supervalorizaram um ‘modelo’ (no caso o paulista) e não se dão das diversidades regionais. Como exemplo, a tão propalada decadência da cultura cafeeira do Vale da Paraíba é muito mais uma redução no ritmo de expansão da lavoura, que normalmente é comparada com o vertiginoso crescimento do ‘Novo Oeste paulista’, sendo que, na década de 70, a modernização dos transportes e o aumento no preço do café ‘revitalizaram’ a cafeicultura na região e mantiveram a lucratividade de seu complexo econômico.<sup>19</sup>

Tentando dar um panorama, mesmo que incompleto dos estudos acerca da Transição em outras regiões do país, temos o trabalho de José Modesto Passos Subrinho **Reordenamento do Trabalho. Trabalho Escravo e Trabalho Livre no Nordeste Açucareiro** que, ao demonstrar que a cultura canavieira no Sergipe não se encontrava em crise na 2ª metade do séc. XIX, bem como o preço dos escravos para a província estavam longe de estar em queda (como se dizia alhures), permite criticar as visões estereotipadas acerca da transição do trabalho para o Nordeste, ou especificamente para a província do Sergipe.<sup>20</sup> Contribuindo para a necessidade de mais estudos de caráter regional o autor conclui.

O exame da experiência sergipana de transição do trabalho escravo para o trabalho livre nos levou a questionar várias das premissas e conclusões encontradas em boa parte da literatura especializada. Evidentemente (...) não pretendemos que as conclusões a que chegamos sejam aplicáveis a todas as províncias/estados nordestinos. Antes, pelo contrário, em várias passagens ressaltamos as diferenças entre as diversas províncias nordestinas e, mesmo, entre suas microrregiões.<sup>21</sup>

Na visão da historiadora Kátia de Queirós Mattoso o estudo da transição do trabalho escravo para o trabalho livre na Bahia estava para ser feito. Em seu monumental trabalho **Bahia Século XIX** a autora relata as dificuldades para se trabalhar com o tema, pois *Com exceção das escravistas, as relações de trabalho dos séculos passados pouco interessam aos historiadores brasileiros.*<sup>22</sup> Na verdade a autora aborda o tema de forma marginal, indicando a questão da ‘falta de braços’ para a lavoura, tema recorrente na historiografia da transição e presente nos debates e relatórios tanto dos presidentes de província como nas representações dos senhores de engenho através do Instituto Imperial de Agricultura da Bahia. A indicação da recusa ao trabalho imigrante, por parte dos fazendeiros baianos aparece consubstanciada nas poucas experiências encontradas e no fracasso das mesmas. Mesmo sem a indicação precisa de fontes, Kátia Mattoso faz referência a grande necessidade de mão-de-obra na cultura canavieira (principalmente no Recôncavo), sendo as demais

---

<sup>19</sup> MELLO, Pedro Carvalho de e SLENES, Robert W., Análise Econômica da Escravidão no Brasil in NEUHAS, Paulo (coord.) **Economia Brasileira: Uma Visão Histórica**. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1980. Sobre a Zona da Mata mineira as informações foram tiradas de PIRES, Anderson. **Capital Agrário, Investimentos e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora 1870/1930**. Dissertação de Mestrado, UFF, 1993.

<sup>20</sup> PASSOS SUBRINHO, José Modesto dos. **Reordenamento do Trabalho. Trabalho Escravo e Trabalho Livre no Nordeste Açucareiro**. Sergipe 1850-1930. Aracaju: FUNCAJU, 2000.

<sup>21</sup> Idem, p. 409.

<sup>22</sup> MATTOSO, Kátia Queirós. **Bahia Século XIX: Uma Província no Império**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1992. p. 527.

atividades (como o fumo, cacau e café) limitadas e normalmente vinculadas à pequena produção familiar. A convivência entre trabalhadores livres, ou agregados concomitante aos escravos é demonstrada através dos Relatórios dos Presidentes de Província que questionam a não incorporação destes à cultura canavieira tão carente de braços.

Recentemente (em 2004) dois trabalhos permitiram uma renovação na compreensão da transição para o caso da Bahia, ou especificamente do Recôncavo. O primeiro é a tese de doutorado **Encruzilhadas da Liberdade: Histórias e Trajetórias de Escravos e Libertos na Bahia, 1870-1910** de Walter Fraga Filho que inova o tema ao abordar as relações escravistas não como um processo que se extinguiu a partir do *13 de maio de 1888* mas como um amplo espectro de relações políticas, culturais e morais que condicionaram boa parte das relações sociais de senhores, escravos, ex-escravos e trabalhadores livres no antes e no depois da abolição.<sup>23</sup> Recuperando histórias individuais e familiares o autor consegue romper com grande parte dos estudos anteriores que ‘engessam’ as relações de trabalhos em estruturas gerais e abstratas dando uma nova dimensão para os estudos da transição.

Silvio Humberto Passos Cunha também a tese de doutorado **Um retrato fiel da Bahia: sociedade-racismo-economia na transição para o trabalho livre no reconcavo açucareiro, 1871-1902** inovou ao trazer para o centro da discussão sobre transição a questão da raça, o que ficava obliterado por grande parte dos estudos anteriores, ou nas palavras do autor *Embora os clássicos da historiografia econômica brasileira buscassem compreender os fatores não-econômicos da dinâmica interna da sociedade, seus autores passaram ao largo da política racial, ignorando como ela influencia e é influenciada pelo conjunto das políticas formuladas pelo Estado brasileiro.*<sup>24</sup>

Aparentemente no ‘olho’ do furacão do debate sobre a escravidão – principalmente no século XIX – a questão da transição é pouco discutida pela maioria dos historiadores que preferem abordar temas como família escrava, demografia, auto-imagens e resistência escrava, obviamente que tais temas são extremamente importantes, mas ao nosso ver, entender as relações escravistas passa sobretudo pela compreensão da função econômica que os escravos tinham, especialmente na segunda metade do Oitocentos. As possibilidades de resistência dos escravos ditos ‘urbanos’ eram sintomaticamente maiores do que a dos escravos das grandes unidades produtivas, sendo um dado de praticamente consenso na historiografia, ao mesmo tempo em que a desagregação da ordem escravista via se dar de diferentes formas em várias regiões do país – como queremos demonstrar para Juiz de Fora, mais à frente – o que achamos importante destacar é que as generalizações freqüentes em cima de uma dada ‘transição’ (seja urbana, rural, ‘paulista’, ‘fluminense’, ou mesmo ‘mineira’) não tem contribuído para uma maior compreensão do tema.

---

<sup>23</sup> FRAGA, Walter Filho. **Encruzilhadas da Liberdade**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006

<sup>24</sup> CUNHA, Silvio Humberto Passos. **Um Retrato Fiel da Bahia: Sociedade-Racismo-Economia na Transição para o Trabalho Livre no Recôncavo Açucareiro, 1871-1902**. Tese de Doutorado, IE, Campinas, 2004.



Do acima exposto, podemos defender a necessidade de novos estudos sobre a transição, pois ao mesmo tempo em que esta se constitui um momento ‘ímpar’ de reorganização das relações de trabalho / poder no Brasil, a complexidade de nosso espaço, economia e sociedade geraram transformações ‘diversas’ constituindo-se num mosaico que só agora começamos a entender. Portanto, optamos por estudar as fazendas de café de Juiz de Fora, pois, dentro das grandes plantagens, onde vamos encontrar a maior parte dos municípios desta região. As próprias possibilidades de trabalho e inserção social desta população no pós-abolição, como queremos demonstrar, vão estar o tempo todo vinculado à produção cafeeira, à propriedade da terra e ao controle dos meios de produção.

\*\*\*

Temos nos referido de forma freqüente ao longo deste texto sobre as múltiplas formas de trabalho que surgiram durante o processo de abolição da escravidão, embora sem detalhá-las. Para compreendermos mais detidamente sobre de que tipo de transição estamos falando, vamos estabelecer uma discussão acerca das formas predominantes de exploração da mão-de-obra às vésperas da abolição e no período imediatamente posterior.

Para José de Souza Martins a primeira grande experiência com o trabalho livre no Brasil se deu com a introdução de colonos estrangeiros na fazenda do Senador Vergueiro em Ibicaba, província de São Paulo em meados do século XIX. O sistema predominante então foi a *parceria*, neste sistema o parceiro se encarregaria de cuidar de um número específico de cafezais, tendo direito a utilização de uma parte das terras da fazenda para atividades de subsistência (criação e agricultura) ao final da colheita do café, o montante final da venda seria dividido entre o parceiro e o dono das terras. Normalmente não havia direito do proprietário das terras sobre a produção de alimentos ou a criação dos animais, também o montante do café colhido poderia ser dividido de formas distintas (a meia, a terça, etc). Este sistema resultou em fracasso, pois:

(...), o parceiro era onerado com várias despesas, a principal das quais era o pagamento do transporte e gastos da viagem dele e de toda a sua família, além da manutenção até os primeiros resultados de seu trabalho. Diversos procedimentos agravavam os débitos, como a manipulação de taxas cambiais, juros sobre adiantamentos, preços excessivos cobrados no armazém (em comparação com os preços das cidades próximas), além de vários abusos e restrições, que no caso de Ibicaba, logo levaram a uma rebelião<sup>25</sup>

Segundo Martins este sistema (a *parceria*) mantinha ainda um grande controle do tipo senhorial dos fazendeiros sobre os seus colonos que o tempo todo remetia a situação de escravidão, as revoltas e conflitos vão lentamente fazendo esta modalidade de trabalho ser substituída pelos *contratos de colonos*. Na Zona da Mata mineira (como também em outras regiões) o sistema de *parceria* – sendo principalmente com base na *meação* – vai ser bem semelhante ao da *parceria* paulista, sendo que obviamente, como na região vai predominar o trabalhador nacional, não vão

---

<sup>25</sup> MARTINS, José de Souza, op. cit., p. 63

existir as dívidas por transportes e variações cambiais. João Heraldo Lima a resume como sendo um sistema:

em que o meeiro (colono) fica com a metade do lucro da venda do café, deduzidas todas as despesas com o beneficiamento, transportes, comissão de venda, impostos, etc. Geralmente o salário era destinado ao pagamento de tarefas relacionadas com a formação do cafezal, como a derrubada, a queimada, a covagem a plantação, etc<sup>26</sup>

Existem vários trabalhos que trataram transição da mão-de-obra para Zona da Mata mineira. O primeiro trabalho neste sentido foi justamente o de João Heraldo Lima que manteve uma visão ‘tradicional’ da transição para região como sendo necessariamente ‘pré-capitalista’. O autor afirma ainda que pelas pequenas dimensões das fazendas, pela baixa produtividade dos cafezais (normalmente bem velhos e de baixa produção), pelas condições geográficas (região montanhosa e fronteiras fechadas já no final da década de 80) e pela pequena monetização dos fazendeiros, acabou por ocorrer uma ‘transição incompleta’. Diz João Heraldo Lima:

O que pretendemos enfatizar é que o processo de transição para o trabalho assalariado dependeu, em última análise, das condições gerais da lavoura cafeeira, mais precisamente de seu ritmo de acumulação de capital (...) A evolução das relações de produção na cafeicultura mineira se verificaram de forma muito lenta, transitando quase sempre por formas intermediárias, nunca chegando a assistir a um domínio razoável do trabalho assalariado.<sup>27</sup>

Para o autor então vai predominar na região o sistema de *parceria*, por ser o que melhor se adaptava a baixa produtividade da Zona da Mata mineira e garantia a redução nos custos da lavoura.<sup>28</sup> Ainda para João Heraldo Lima o sistema mais moderno teria sido a ‘evolução’ da parceria para os *contratos de colonos* como estava ocorrendo no Oeste Paulista.

Sobre este sistema (também chamado de *colônias particulares*), José de Souza Martins explica que era uma forma de combinar características da parceria com maiores ganhos monetários, pois além da divisão dos frutos da colheita, era feito um pagamento fixo pelo trato de parte do cafezal e além disto, o colono teria a obrigação de fazer 5 a 6 carpas (limpezas) anuais<sup>29</sup>. João Heraldo Lima aponta que neste sistema também existiriam outras formas de pagamento, por ‘empreitadas’ ou o trabalho diário na fazenda. Já Ana Lúcia Duarte Lanna ampliou esta discussão em seu livro **A Transformação do Trabalho** ao concordar que para a região também foi a parceria a forma predominante de exploração da mão-de-obra e que *Em algumas fazendas da Zona da Mata, estabeleceram-se relações de trabalho semelhantes às do colonato paulista. Mas nunca assumiram o papel de relação de trabalho predominante na região da Mata mineira.*<sup>30</sup> Ainda segundo esta

---

<sup>26</sup> LIMA, João Heraldo. **Café e indústria em Minas Gerais 1870/1920**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1981. p. 26

<sup>27</sup> idem pp. 24 - 25

<sup>28</sup> idem, p.26, João Heraldo diz que “a parceria era preferencialmente adotada, não por opção, mas por necessidade” a partir daí este autor trava uma discussão mostrando que por um lado a meação significava uma menor necessidade de pagamento de salários, portanto dispêndios monetários, ao mesmo tempo isto implicava em um menor cuidado por parte do meeiro no trato do cafezal. Para Lima, a meação seria portanto uma das razões da decadência da cafeicultura matense e foi largamente empregada pela situação precária desta lavoura.

<sup>29</sup> Martins, op cit p. 64

<sup>30</sup> LANNA, Ana L. **A Transformação do Trabalho: A Passagem Para o Trabalho Livre na Zona da Mata Mineira, 1870 – 1920**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988, p. 91

autora, a maior demanda por trabalhadores era suprida nos tempos da colheita com migração interna da própria Minas Gerais.

Para José de Souza Martins, a adoção do colonato (no formato de *contratos de colono* e não a *parceria*) foi condição fundamental para a expansão das fazendas de café para no Oeste Paulista, concorrendo, sobretudo, pela grande oferta de mão-de-obra – a partir da imigração subvencionada – posto que criou uma verdadeira ‘indústria’ de incorporação de novas terras à atividade cafeeira, onde *a formação de fazendas tornou-se um novo e grande negócio, o fazendeiro passou a produzir também, fazendas de café.*<sup>31</sup>

A questão que se coloca para Martins é que este sistema combinava a exploração capitalista, representada nos cafezais e na propriedade da terra, com a renda não-capitalista, produzida por trabalhadores livres que se ‘sujeitavam’ a tratar os cafezais, mediante o direito de fazerem suas plantações de alimentos. Dito de uma outra forma *não era o fazendeiro quem pagava ao trabalhador pela formação do cafezal. Era o trabalhador quem pagava com o cafezal ao fazendeiro ao direito de usar as terras.*<sup>32</sup> Na verdade este sistema, segundo o autor, somente seria possível em São Paulo, pois a região contava com fronteiras abertas durante o período do pós-abolição. Ao mesmo tempo não podemos classificar este sistema como ‘puramente’ capitalista, ou simplesmente de assalariamento, como quer João Heraldo Lima. Para este autor e Ana Lanna, a não generalização de relações assalariadas e de contratos de colonos teria se dado por um conjunto de fatores, sendo os mais importantes, a ausência de fronteiras agrícolas, a pequena disponibilidade monetária para a região e a decadência da produção cafeeira que a Zona da Mata mineira vivia.<sup>33</sup>

Esta visão de decadência da região deve ser relativizada e que então, nos levam, necessariamente, a rever a forma (ou as formas) de transição para a região. Partindo, então da análise de uma região *de fato* em decadência, e que foi tomada como modelo similar para a Zona da Mata mineira; vemos que no Vale da Paraíba fluminense ou especificamente Vassouras, no livro já citado de Stanley Stein, as fazendas de café desta cidade apresentavam um grande esgotamento quando da abolição, mas *Os antigos senhores de escravos de Vassouras, que facilmente esqueciam as precárias condições econômicas de suas fazendas na década de 70 e 80, responsabilizando pelas dificuldades de 1880, 1889 e 1890, apenas o decreto de emancipação dos escravos.*<sup>34</sup>

A região como um todo<sup>35</sup> já se encontrava com as terras extremamente desgastadas, sendo que vários fazendeiros já começam a criação de gado como substituto para o café, ao mesmo tempo o número de hipotecas para com os bancos (especificamente o Banco do Brasil) aumentava, como também aumentava o número de falências. E, apesar desta decadência, a questão da mão-de-obra

---

<sup>31</sup> MARTINS, op cit p. 68

<sup>32</sup> idem, p. 74

<sup>33</sup> LIMA, João Heraldo op cit p 24 – 28, LANNA, Ana op cit 90 – 100

<sup>34</sup> STEIN, Stanley op cit p. 316

<sup>35</sup> Ver por exemplo FRAGOSO, João L. Ribeiro. **Sistemas Agrários em Paraíba do Sul: (1850-1920).Um Estudo de Relações Não-Capitalistas de Produção.** Dissertação de Mestrado. UFRJ, 1983.

encontrou fórmulas múltiplas para a região, até que se estabeleceram os *contratos de parceria* (com a divisão do trato do cafezal e o direito ao cultivo de alimentos) e *contratos de empreitada* (como na colheita do café por exemplo), além de *camaradas assalariados* como as formas preponderantes. Quanto à origem destes, não pairam muitas dúvidas sobre quem foi este trabalhador *O elemento preponderante era o negro que já possuía a tradição de turma de trabalho e, em muitos casos da pequena lavoura de subsistência.*<sup>36</sup>

Assim, vemos que, mesmo para uma região que atravessava dificuldades com a produção cafeeira, a questão da mão-de-obra foi equacionada à contento, a safra de 1888 não se perdeu e, apesar das dificuldades iniciais quando da abolição, rapidamente os grandes fazendeiros de Vassouras (e poderíamos generalizar para todo o Vale da Paraíba Fluminense) conseguiram estabelecer um controle eficaz sobre os trabalhadores:

Daquela confusão de formas diversas de organização do trabalho que brotaram das raízes pré-abolicionistas e começaram a florescer no começo da década de 90, os fazendeiros vassourenses, sem dúvida, tiraram proveito enquanto os preços do café se mantiveram bastantes elevados para permitir o cultivo os cafezais remanescentes de maneira lucrativa. Um fato que comprova as vantagens do sistema foi que os fazendeiros evitaram a divisão de seus latifúndios.<sup>37</sup>

Não foi, portanto, o impacto gerado pela abolição, ou as dificuldades com a mão-de-obra no período posterior que marcaram a decadência da cafeicultura fluminense, pelo menos estas questões não chegaram a inviabilizá-la. Chamamos atenção no caso, como para Stein, de forma coincidente à José de Souza Martins, o controle da terra pelos grandes fazendeiros manteve a possibilidade dos grandes fazendeiros da região disporem de mão-de-obra, mesmo decadentes e numa região sem possibilidades de expansão das fazendas, como no caso do Oeste Paulista.

Para a Zona da Mata mineira, ou especificamente Juiz de Fora, temos, portanto, uma situação intermediária, não um esgotamento dos solos e um endividamento ‘brutal’ como vemos em Vassouras, nem tampouco uma disponibilidade, aparentemente ilimitada, de recursos, quer terras, quer capitais, quer mão-de-obra na forma de imigrantes, como no caso do Oeste Paulista. É comum a referência a fazendas no Novo Oeste Paulista com mais de 3.000 colonos, e produção superior a 10.000 arrobas anos,<sup>38</sup> mas há que se considerar que estas fazendas foram ‘montadas’ a partir da imigração em massa, subvencionada pelo estado e principalmente no pós-abolição, a imensidão de terras disponíveis numa fronteira inteira por desbravar, tais fatos não ocorriam mais na Zona da Mata mineira. De fato, como vamos tentar demonstrar mais à frente, vemos que o capital cafeeiro já estava se desdobrando em Juiz de Fora, num melhor aparelhamento urbano, no crescimento de indústrias, num aparelhamento bancário, sendo que portanto a cafeicultura havia permitido a ‘diversificação da riqueza’.<sup>39</sup>

---

<sup>36</sup> STEIN, Stanley op cit p. 319, sobre as formas de trabalho ver 318 – 328.

<sup>37</sup> Idem, p. 328

<sup>38</sup> MARTINS, José de Souza, op cit e LIMA, João Heraldo op cit

<sup>39</sup> Expressão tomada emprestada do trabalho de ALMICO, Rita de C. da Silva. **Fortunas em movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora /1870–1914.** (dissertação de Mestrado) Campinas: Unicamp, 2001.

Um dos primeiros estudos que modificaram esta visão decadente sobre a Zona da Mata mineira foi o trabalho de Anderson Pires, o autor ao estudar a estrutura agro-exportadora da região viu um quadro bem diferente acerca das condições gerais da cafeicultura matense do que na obra de João Heraldo Lima e de Ana Lanna. O próprio Anderson então estabeleceu uma série de questões quanto às possibilidades para o trabalho livre na região. Em primeiro lugar o autor demonstra que a transição da mão-obra em Juiz de Fora, não se daria dentro de um regime de fronteiras ‘fechadas’, e a cafeicultura em estado de estagnação sendo que a produção *pelo contrário, possui um comportamento ascendente durante todo o período.*<sup>40</sup> Ao mesmo tempo, a grande contribuição da obra de Anderson Pires para a transição, ao nosso ver, está em relacionar a estrutura econômica da região e não só (embora seja fundamental) às condições da lavoura cafeeira em geral. Juiz de Fora apresentava ao final do XIX e início do XX um grande crescimento industrial e urbano gerado pelo café e garantia uma diversificação econômica para a região.<sup>41</sup>

Por estes dois motivos – a existência de uma cafeicultura ainda dinâmica e em ritmo de expansão e um grande crescimento no setor urbano, a partir do núcleo agroexportador – a visão de uma transição limitada pelos escassos recursos monetários e ‘condenada’ a formas intermediárias necessariamente é posta em cheque, ou segundo o autor, mesmo quando se compara a Zona da Mata mineira com o Oeste Paulista:

(...) se a parcela de remuneração monetária do trabalho em São Paulo foi, efetivamente, superior à mesma remuneração na Zona da Mata mineira isso não retira, por si mesmo, o significado fundamental da transformação aqui em referência e que diz respeito à estruturação de formas de trabalho que passam a ter sua intermediação do mercado uma condição necessária para a realização do seu processo de reprodução, nem muito menos anula os efeitos que advêm dessa transformação, que correspondem à ampliação dos níveis de monetização e de consumo no interior da economia regional.<sup>42</sup>

Assim, temos que para a região da Zona da Mata mineira, ou principalmente Juiz de Fora, Anderson Pires faz parte de uma nova historiografia (que também poderíamos citar Rômulo Andrade, Rita Almico dentre outros) que tem relacionado condições outras para a compreensão das condições econômicas e sociais ao final oitocentos. Cumpre destacar que não entendemos as formas não-capitalistas (como a meação e o colonato), como qualitativamente ‘inferior’ ou ‘arcaica’ em relação ao assalariamento simples. Ao contrário, se pensarmos que tais relações até hoje ainda persistem em nossa sociedade vamos entender a importância que assumiram no momento de profunda re-ordenação das relações de poder por parte das frações dominantes das várias regiões do país.

Tais questões podem nos auxiliar na compreensão da transição da mão-de-obra na medida em que apontam para uma maior capacidade dos fazendeiros em fazerem frente às demandas provocadas pela abolição. Se, é certo que as fazendas para Juiz de Fora continuavam com suas áreas ‘limitadas’, e a demanda por trabalhadores já era previamente conhecida, a questão da mão-de-obra

---

<sup>40</sup> PIRES, Anderson, op cit p. 123 - 124

<sup>41</sup> Para uma visão sobre a estrutura econômica da Zona da Mata mineira ver PIRES, Anderson. op cit.

<sup>42</sup> idem, p. 128 - 129

vai-se resolver então preferencialmente com o trabalhador local.<sup>43</sup> Agitações por certo ocorreram, projetos de introdução em massa de imigrantes, a fundação da Hospedaria Horta Barbosa, sem dúvida este foi um ponto de inflexão para os setores dominantes locais, como também, o processo da Abolição havia sido para todas as regiões do Império.

O estudo dos inventários *post-mortem* de fazendeiros da Zona da Mata mineira para o período de 1889 – 1900 trazem de forma clara os problemas com a mão-de-obra, sendo que vários vão partir para o arrendamento de suas fazendas. Assim, passaremos a realizar uma análise mais pormenorizada de diversos inventários, além de outras fontes, para buscarmos entender as várias formas de trabalho que emergem nas grandes unidades produtoras de café. Por exemplo, a fazenda de Sant’Anna (uma das maiores da região) manteve maciçamente a mão-de-obra dos ex-escravos a partir do 13 de maio, como podemos perceber das prestações de contas feitas no inventário, pelo menos 149 ex-escravos continuaram na fazenda, durante o ano de 1888 que é quando se encerra a prestação de contas, recebendo salários em folhas à parte – aparecem como folha de pagamento de salário dos cativos e depois libertos – e com algumas referências ainda próprias do período da escravidão, conforme vemos à seguir.<sup>44</sup>

Se, durante a vigência do regime escravista, os escravos eram arrolados nas listas de matrícula (exigência da lei do Ventre Livre de 1871), nestas listas não somente registravam-se a profissão, idade, sexo, família, mas também a aptidão para o trabalho, o que servia como referência para o preço destes escravos, além de indicações sobre a índole e o grau de ‘resistência’ que estes poderiam oferecer. Pois bem, vamos encontrar na folha de pagamento de salário dos cativos estes ex-escravos recebendo salários que além de irrisórios, eram diferenciados de acordo, com o sexo, a idade e a aptidão para o trabalho. Assim temos vários exemplos onde os escravos mais velhos recebiam um jornal de até a quarta parte de um trabalhador mais novo. Ao mesmo tempo, as visitas médicas, bem como os remédios agora eram descontados dos salários ao final do período. Também os pagamentos passaram a ser mensais, o que significa mais a ‘capacidade monetária’ dos grandes fazendeiros do que realmente uma necessidade premente do sistema, uma vez que os demais empregados vão continuar a receber seus salários de forma semestral ou até mesmo anual.<sup>45</sup>

Aliás as ‘formas’ de contabilizar o trabalho assumem, cada vez mais, um espectro variado. Nas próprias prestações de contas da fazenda de Sant’Anna, bem como em vários outros inventários (cuja análise mais detida está à frente) vemos grandes mudanças, às vezes num mesmo documento,

---

<sup>43</sup> LANNA, op cit pp. 86 – 87 para a autora o trabalhador local seriam os nacionais, ex-escravos ou não, migrantes sazonais, ou moradores da própria região em oposição aos imigrantes europeus.

<sup>44</sup> A análise dos Inventários que se segue é parte de nossa pesquisa de Mestrado onde detalhamos outras discussões impossíveis de serem contempladas no presente artigo, cf. SARAIVA, Luiz Fernando. **Um Correr de Casas, Antigas Senzalas: A transição do trabalho escravo para o livre nas fazendas de café, 1870 – 1900**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História UFF, 2001

<sup>45</sup> No inventário da baronesa de Sant’Anna sobre a guarda do Arquivo Histórico da UFJF doravante AHUFJF no 861 os trabalhadores não cativos recebiam os seus salários de forma semestral, em vários exemplos ao longo deste artigo vamos ver outros casos em que os pagamentos se davam em ‘tempos’ distintos.

na organização de como estes pagamentos eram feitos e, em como eram contabilizadas as despesas/receitas. José de Souza Martins já havia colocado esta questão quando afirmou que

O fazendeiro era um capitalista que operava essencialmente a partir do capital-mercadoria no qual se exprimia o trabalho pretérito (...) Por isso, a relação entre o fazendeiro e o colono envolvido no trato e colheita do café era uma relação semelhante à que mantinha com o comissário – uma relação de crédito e débito, uma relação de contas correntes, como se o próprio trabalhador fosse outro comerciante<sup>46</sup>

No inventário de Manoel Vidal Barbosa Lage,<sup>47</sup> falecido em 25/05/1888 e cujo Monte mor era de 1:199:107\$035; de terras, o inventariado detinha 77:800\$715 ou 6,48% do total, estas terras perfaziam um total de 670 alqueires de terras, distribuídos em várias fazendas e sítios da região em torno de Juiz de Fora. De cafezais Manoel Vidal era proprietário de 240.000 pés de diferentes idades que valiam 37:820\$000 ou 3,15% do total. Na verdade terras e café somados equivaliam a apenas 9,63% do montante da riqueza. Na verdade a riqueza de Manoel Vidal era essencialmente usurária ou capitalista, pois 71,15% do total de seu Monte Mor eram de dívidas ativas, com 434:966\$530 ou 36,27% do total, apólices com 203:648\$000 ou 16,98%, ações com 25:136\$000 ou 2,09% e dinheiro depositado em bancos com 189:455\$290 ou 15,79%. Cumpre destacar que esta riqueza era predominantemente ‘local’, ou seja, grande parte do dinheiro estava depositado em contas correntes de bancos regionais.

Cerca de 23:173\$340 estavam no Banco Territorial Mercantil de Minas, fundado na cidade em 1887 e 2:286\$000 estavam depositados no Banco de Crédito Real de MG, fundado também em Juiz de Fora no ano de 1889. Das Apólices em poder de Manoel Vidal, 106:370\$000 eram títulos da Dívida Pública Geral e o restante de 44:848\$000 eram apólices de Estradas de Ferro da Região (Cia de Ferro de Leopoldina e Cia de Ferro de Juiz de Fora – Piau), o restante de 52:400\$000 eram letras hipotecárias do Banco de Crédito Real de MG. Além disto, das dívidas que Manoel Vidal era credor de 57 indivíduos, a totalidade dos devedores era de pessoas da região e estas dívidas variavam de 200\$000 até 167:276\$700. O que mostra que apesar do aparelhamento bancário, ou por causa dele, os capitalistas continuavam a atuar principalmente nos setores que não eram contemplados pelo Bando de Crédito Rural já que a maioria dos empréstimos era de pequeno valor e normalmente para pessoas ‘sem posse’.

Do exposto acima, vemos que grande parte da riqueza deste inventário estava ligados ao núcleo agro-exportador da própria região, como demonstra Anderson em seu trabalho<sup>48</sup>. Por outro lado, não podemos descartar a produção cafeeira de Manoel Vidal para o montante da época, seus 240.000 pés de café bem como a quantidade de terras (670 alqueires) os colocam entre os grandes

---

<sup>46</sup> MARTINS, op. cit. p. 78

<sup>47</sup> Inventário post mortem no 1003 AHUFJF

<sup>48</sup> PIRES, Anderson, op cit. ver cap. 3. O autor demonstra que os empréstimos dos Bancos Regionais eram principalmente voltados para a Lavoura, portanto, haviam, portanto, amplas possibilidades para o capital usurário atuar nos setores urbanos de Juiz de Fora. ALMICO, Rita op. cit. Rediscute esta questão ao demonstrar a predominância para a cidade de empréstimos de cunho pessoal, pp. 124 - 125

cafeicultores da época, não sendo somente uma questão de ‘status’ mas, muito provavelmente a origem da sua fortuna

Quanto à produção propriamente dita do café, o inventário de Manuel Vidal nos permite formular algumas hipóteses: no inventário estão descritos 240.000 pés de café em 7 cafezais cujas idades variam de 01 ano (16.000 pés, o que demonstram que o inventariado ainda investia na expansão desta atividade) até *café de 16 a 25 anos* (num total de 80.000 pés) assim, poderíamos supor que esta atividade poderia empregar de mão-de-obra, entre 120 a 60 ‘empregados’.

Tais dados podem ser tirados de duas fontes distintas, a primeira é do livro de José de Souza Martins que indica que em São Paulo cada colono cuidava em média de 2.000 pés de café<sup>49</sup>, seria então esse cálculo de 120 colonos um tanto exagerado, pois estaria negando as ‘vantagens’ do trabalho familiar, ao mesmo tempo, a quase inexistência de casas de colono, ou *parte na casa dos camaradas*, como aparece no inventário de Manuel Vidal pode nos indicar que os trabalhadores continuaram morando nas senzalas, normalmente transformadas (ainda que só semanticamente) em ‘quartos’ ou ‘galpões’. Ao mesmo tempo, se imaginarmos os contratos estabelecidos à época, encontrados no Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, podemos pensar numa outra realidade.

Um destes contratos foi firmado entre Cândido Pedro de Mello (fazendeiro de quem não encontramos o inventário) e Ignácio Anastácio da Silva no dia 12/04/1887, neste contrato vemos estabelecido entre as partes:

Dar um alqueire de terra em sua propriedade denominada Boa Esperança, Freguesia de Santo Antônio de Juiz de Fora, para plantar café sendo pelo outorgante ajudado a plantá-lo, casa para a residência, moinhos, pastos para um animal, com a condição de dar o outorgado doze dias de serviço para a limpeza do mesmo, conduções para conduzir o café para o terreiro para secá-lo. De todo o mantimento que colher terá o locador a terça parte até seis anos, depois terá a meia do café, o qual será partido depois de seco, dará capinas anuais e replantá-lo (sic), não poderia dispor do café sem consentimento do outorgante, assim como dos mantimentos os quais serão pagos pelo preço que tiverem nessa ocasião. Dar engenho para soque do café mediante a paga de trezentos réis por arroba e se não convier ao outorgante locatário ficar com o café, poderá o locador vender da melhor forma que lhe convier, este contrato dará prazo de dez anos a contar da presente escritura.<sup>50</sup>

Para além do que fica claro no contrato, como a ‘cláusula’ que reservava ao fazendeiro o direito de compra do café, ou mesmo a garantia de ‘terça’ na produção de mantimentos (enquanto o cafezal produzia pouco), vemos que um trabalhador deveria dar conta de 4.000 pés se pudermos generalizar a indicação de João Heraldo Lima. Teríamos assim, uma possibilidade de cálculo para percebermos e entendermos a presença do trabalhador livre nas fazendas já ao final da Abolição. Apesar de o documento referir-se a contrato, não deve ser confundido com os *contratos de colonos* que já discutimos anteriormente, tratando-se aqui, de um *contrato de parceria*, com um ponto importante: A terça parte de todo o mantimento colhido até seis anos, isto garantia ao fazendeiro um importante ganho, não só ele teria poucos custos com a criação do cafezal, mas também poderia

---

<sup>49</sup> Martins, José de Souza op cit. p. 82

<sup>50</sup> DAH-JF, Caixa 24: 309 a 320, Livro 318/379



dispor dos alimentos – que podiam ser vendidos, ou utilizados na própria fazenda, reduzindo custos – Temos então que, de forma análoga ao já visto por José de Souza Martins, neste caso *Não era o fazendeiro quem pagava ao trabalhador pela formação do cafezal. Era o trabalhador quem pagava com o cafezal ao fazendeiro o direito de usar as terras*. Mesmo numa região em que a produção cafeeira não ia se expandindo no ritmo frenético como o do Oeste Paulista, vemos que existiam amplas possibilidades de negociação por parte dos grandes fazendeiros. Em vários contratos de arrendamento encontrado nos inventários, eram feitas exigências do plantio de novos cafezais por parte dos ‘outorgantes’. O fato do contrato estabelecer um prazo de dez anos de duração do acordo é um indicativo seguro disto. Um cafezal com dez anos está em sua fase mais produtiva, caso a meação não fosse interessante como forma de se explorar o trabalho (e achamos que era), somente para a formação do cafezal, o fazendeiro já teria tido um grande lucro.

De qualquer maneira, voltando a Manuel Vidal Barbosa Lage não encontramos no seu inventário a forma de exploração da mão-de-obra, ou contratos similares ao analisado acima. A questão que se coloca é que parte da historiografia que trabalhou o tema na região (João Heraldo e Ana Lanna) referem-se a carência de capitais dos fazendeiros como determinante na ‘opção’ pela meação, mas, se pensarmos no volume de dinheiro disponibilizado em contas bancárias por Manuel Vidal, podemos ver uma liquidez que seria compatível com o pagamento de salários, caso fosse essa sua ‘escolha’.

Na verdade Manuel Vidal praticamente não possuía roças de alimentos, o que nos indica que caso estas existissem, na verdade estariam muito mais ligadas a contratos com seus empregados, ou ainda compra destes em pequenas unidades vizinhas à sua fazenda, entretanto, o pagamento de salários é provável, para o volume dos cafezais de velhos e muito novos (que demandavam ainda mais cuidado na manutenção e rendiam pouco).

Assim, se estiver correto o raciocínio, de que o pagamento de salário era mais lucrativo que a parceria (tese defendida por João Heraldo Lima), este sistema, o assalariamento, teria sido largamente empregado pelos grandes fazendeiros do período. Voltamos a insistir que a questão da transição da mão-de-obra foi algo bem mais complexo que a ‘simples’ adoção de salários, posto que outros inventários do período nos dão uma medida mais detalhada das questões sobre as formas como se dava a utilização da mão-de-obra que iam num espectro amplo, do assalariamento até a meação.

Assim, no inventário aberto em 15/07/1891<sup>51</sup> de Adelaide Gabriela Monteiro de Barros falecida em maio de 1891, proprietária da fazenda do Monte Alegre, vemos que apesar de constar de apenas 61 alqueires de terras, no valor de 9:580\$000 os cafezais remontavam a 184.000 pés, todos plantados na fazenda em idades que iam de *novos* até 17 anos, portanto, todo com alto valor que somados perfaziam 33:930\$000. Vemos então que somente terras e cafezal equivaliam a

---

<sup>51</sup> AHUFJF inventário post-mortem no 1157

46,34% do total da riqueza deste inventário, cujo Monte mor era de 93:870\$296 (terras 10,20% e café 36,14%). Seus demais bens ‘resumiam-se’ em casas (sendo 11 para colonos), animais (a fazenda tinha 30 cabeças de gado) e dinheiro, sendo que somente na conta corrente da casa comissária de Geraldo A. de Miranda o crédito era de 24:006\$180. A fazenda também não produzia alimentos sendo que também era feito o pagamento de salários como vamos ver abaixo.

O inventariante e genro de Adelaide Gabriela, Geraldo Augusto de Miranda Monteiro de Barros passa a assumir o controle de fazenda e na prestação de contas podemos perceber que o pagamento de salários era comum a todo o período em que vai durar o inventário (5 anos). A fazenda necessitava regularmente de pouco mais de uma dezena de trabalhadores, cujo gasto mensal era de, mais ou menos 1:000\$000. Nos meses de colheita eram contratados trabalhadores adicionais, o que fazia subir os gastos naquele momento. Como exemplo, vemos que administrador pagou no mês de maio de 1891 (quando da colheita, mas também por obras gerais), a quantia de 7:063\$500, e já no mês seguinte o pagamento foi de apenas 1:191\$400 sendo discriminada como *pagamento do resto da colheita de café e salários de empregados*, a partir daí os pagamentos se normalizam em torno de um conto por mês. A fazenda contratava ainda serviços de empreitada como *matação* [sic] *de formigas*, realização de obras e diversos, sendo que estes serviços eram pagos à parte.

As formas de pagamento eram variadas, muitas vezes os colonos e empregados ainda recebiam seus salários com grandes espaçamentos de tempo, no caso desta fazenda, vemos o inventariante declarando, na abertura em 1891:

Que tendo a finada inventariada também ficado a dever salários atrasados correspondentes ao ano passado, a diversos operários e trabalhadores e sendo sua dívida sagrada e reconhecidamente verdadeira, como nenhum dos herdeiros ignora, ele inventariado, ungido pelas reclamações desses homens, que vivem unicamente de seu trabalho, pagou-lhes o que o espólio lhes era devedor, na importância de 4:546\$650<sup>52</sup>

Talvez, por estas mesmas reclamações, o inventariante tenha passado a realizar pagamentos mensais, de qualquer maneira vemos que, mesmo com o pagamento de salários à lucratividade da fazenda de Monte Alegre era considerável, pois *que a colheita de café naquele ano [1891] foi pequena*, mas mesmo assim havia ficado um resultado de 16:121\$480. Tanto a fazenda era lucrativa, que o genro Geraldo Augusto vai solicitar que para o pagamento das dívidas que Adelaide Gabriela tinha para com ele lhe fosse dadas às terras e cafezais calculados em mais ou menos 106.000 pés no lugar denominado Joaquim Alferes e Grotá.

Em outro inventário encontramos uma situação diferente, trata-se do inventário aberto em 03/04/1891<sup>53</sup> de Antonio Joaquim Fabiano Alves este cafeicultor da freguesia de Vargem Grande era proprietário de 125 alqueires de terras, na fazenda da Boa Fé que valiam 20:874\$500 ou 4,22% do Monte mor que era de 493:986\$231, seus cafezais estavam avaliados em 46:910\$000 perfazendo 245.000 pés (de idades diversas sendo a maioria com 10 anos) e o café estocado 48:300\$000,

---

<sup>52</sup> Idem, p. 15.

<sup>53</sup> AHUFJF inventário post-mortem no 1146

cafezal e *café em coco* valiam 9,49% e 9,77% respectivamente do total. Terras e café valiam, portanto 23,48% da riqueza de Antônio Joaquim que possuía diversos outros ativos como três dezenas de casas de colonos, roças de alimentos (sendo 10 alqueires de feijão e milho além de um pomar que valiam 1:037\$000, ou 0,20% do Monte mor) e mais 93:218\$090 *em dinheiro da venda do café* (que não vamos dar o percentual, pois se constitui em parte do café vendido). As dívidas de Antônio Joaquim valiam 259:708\$741 ou 52,57% do montante da riqueza com cerca de 70 indivíduos.

Destas dívidas, poucas eram de grande valor (acima de 1:000\$000) e para pessoas com nome, sobrenome, juros e amortizações, a maioria, no entanto, eram de pequeno valor e variavam entre 10\$000 a 300\$000 para devedores como *Gabriel, Adão, J.Perueiro, Antônio Crioulo*, etc sendo que a ausência de sobrenomes, a presença de apelidos e o pequeno valor indicam que provavelmente tratavam-se de ex-escravos e trabalhadores da fazenda. Cruzando estes dados com a prestação de contas da fazenda, vamos realmente constatar que várias destas dívidas eram de colonos da fazenda, *por gêneros que lhes foram fornecidos pelo Armazém*. Os nomes dos devedores vão ser todos de colonos que trabalhavam o café a meia, pois nos recibos de venda vem *descontada a parte dos colonos*, ou *café colhido por meeiros*.

Assim, apesar de toda a disponibilidade de capital de Antônio Joaquim, vemos que a forma de trabalho empregada preferencialmente em sua fazenda era a meação, posto que, com a venda de produtos no Armazém ele mantinha uma grande parte dos trabalhadores dependente dele, enquanto a ‘pequena’ produção de alimentos parece indicar que também ocorria a produção nas mãos dos meeiros. Das dívidas que o inventário tinha (119:729\$162), uma delas era uma hipoteca com o Banco do Brasil no valor de 12:000\$000, outra com a Casa Comissária Araújo Maia & Irmão no Rio de Janeiro e a quem o café também era exportado, pelo fornecimento de diversos gêneros e que valia cerca de 2:000\$000, muito provavelmente estas dívidas referiam-se à compra de produtos vendidos aos colonos.

A questão das Vendas então torna-se extremamente importante para entendermos os limites da transição da mão-de-obra. Sobre este tema, Stanley Stein já havia destacado as suas presenças na região de Vassouras, após a abolição sendo que era corrente entre uma parcela dos cafeicultores que:

Os fazendeiros não pretendiam ganhar dinheiro na profissão de vendeiro, mas apenas fornecer aos libertos facilidades para comprarem na própria fazenda em que trabalhavam, tudo o que precisavam como antigamente forneciam aos escravos serviços de enfermagem. Pelo dia de trabalho os fazendeiros davam certas quantidades de mercadorias, técnica esta que reduzia o volume de numerário necessário para pagar os salários dos libertos que, de outra maneira, iriam gastá-lo imediatamente nas tabernas fora da fazenda<sup>54</sup>

---

<sup>54</sup> STEIN, Stanley. op cit p. 232

Mas o próprio Stein afirma mais à frente que alguns fazendeiros vão ter nestas vendas, uma forma de lucro adicional.<sup>55</sup> A questão que se coloca não é se estas vendas davam ou não davam lucro (embora tenhamos indicações que em alguns casos sim), mas percebermos que por trás destas vendas estava mais um mecanismo de controle dos trabalhadores.

Estas vendas também se generalizaram por toda a região de Juiz de Fora e passaram a ter uma grande importância social para a vida dos empregados, J. Procópio Filho um memorialista da Zona da Mata mineira em suas reminiscências diz a respeito delas:

À tardinha e à noite reuniram-se os colonos na sala de negócios, que, desde os tempos do padre Antonil, já se chamavam 'vendas', onde se abasteciam de gêneros dos quais não tinham produção própria, como fósforos, querosene, cachaça, fumo etc. (...) Enquanto os fazendeiros assim se divertiam, também à sua moda os colonos o faziam nas 'vendas' com os melhores 'papos' regados por seguidos 'tragos' da melhor pinga.<sup>56</sup>

Em diversos inventários vamos encontrar várias compras a casas comissárias no Rio de Janeiro e também em casas de negócio de Juiz de Fora e distritos, estas compras iam desde alimentos (sendo que em alguns casos até milho era comprado no Rio de Janeiro), passando por ferramentas, ferragens (e demais produtos para a manutenção da fazenda), remédios, até chegarem em tecidos, roupas, objetos pessoais, bebidas alcoólicas em quantidades bem superiores ao necessário somente à manutenção dos 'donos'. Também as dívidas que os colonos vão ter por *gêneros fornecidos* são um indicativo precioso de que grande parte da vida das fazendas giravam em torno das vendas e a dependência dos empregados para com os grandes fazendeiros era cada vez maior, não somente pelo acesso a terra, mas também a um circuito mercantil e financeiro cada vez maior. A compra em casas comissárias no Rio de Janeiro, ou mesmo com comerciante e produtores locais, envolvia questões como custos de transporte, compras em quantidades significativas e a questão do crédito. Para grande parte da população dos distritos de Juiz de Fora, essas condições eram grandes entraves, visto a pequena posse de bens ou dinheiro, assim o fazendeiro aparecia como um 'facilitador' que garantia à população local, o acesso a esses bens. Mais do que os comerciantes, são os fazendeiros que aparecem como credores de pequenos débitos por fornecimento de gêneros nos inventários por nós pesquisados.

Como outro exemplo desta questão, no inventário da Baronesa de Sant'Anna já trabalhado anteriormente, vemos que entre 1874 a 1876 na prestação de contas de 21 meses, os itens comprados à casa comissária de Vieira da Cunha & Cia por gêneros valiam 13:661\$530, ou uma média de 650\$549 por mês sendo principalmente ferragens, ferramentas e gêneros não produzidos na região como vinhos, azeites, carne-seca, etc. Na prestação de 1888, de 13 de Maio a 31 de dezembro de 1888 aumenta em muito a compra de gêneros à nova casa comissária Carneiro Brandão & Cia, pois em 8 meses foram comprados 15:293\$290, ou uma média de 1:911\$661 por mês. Estas compras vão se referir à dezenas de artigos fornecidos aos libertos e empregados da

---

<sup>55</sup> idem, ibidem

<sup>56</sup> PROCÓPIO FILHO, J. **Aspectos da Vida Rural em Juiz de Fora**. Juiz de Fora: S. ed. 1973, p. 19

fazenda. Assim, o impacto da abolição refere-se não só a uma maior monetização da economia das fazendas, mas também à necessidade destas unidades (ou no caso a fazenda Fortaleza de Sant'Anna) em abastecerem aos colonos com produtos de consumo.

Aparentemente então as casas comissárias vão aumentar em muito a venda destes produtos aos cafeicultores da região. Mesmo não sendo tema deste trabalho, podemos imaginar, à título de hipótese em uma necessidade imposta pelos fazendeiros cada vez mais havidos por bugigangas que satisfizessem a sede de seus empregados.

Mesmo quando a fazenda não dispunha ela própria de uma venda, era prática comum que os fazendeiros 'fiassem' o crédito de seus empregados nos armazéns vizinhos. Tal foi o caso do inventário de Joaquim Cândido de Oliveira aberto em 11/08/1894,<sup>57</sup> proprietário da fazenda do Paraíso, distrito de Chácara. Esta fazenda possuía 160 alqueires de terra, no valor de 43:740\$000, sendo que contava ainda com 245.000 pés de café de várias idades (novos ou entre 10 a 18 anos) no valor de 97:400\$000 e 500 arrobas de café estocadas nas tulhas e em fruto pendente que valiam 10:000\$000, de um Monte mor de 326:041\$470, 46,35% da riqueza estava portanto diretamente ligado ao núcleo agro-exportador. Os demais ativos de Joaquim Cândido eram casas, benfeitorias, alguns animais e, principalmente apólices (54:190\$000), dinheiro (18:399\$470) e dívidas (51:092\$000). O inventariado nada produzia de alimentos sendo que encontramos diversas contas de compra de alimentos com sitiantes vizinhos, colonos e com casas de comércio da região. As dívidas do inventário (8:027\$020) eram principalmente com estas casas, além de compra com o colono Antônio José Ferraz pelo fornecimento de gêneros como feijão e milho, além de 1:529\$040 por *meação do café*. Vários outros recibos de pagamento vão constar no inventário, por trabalhadores diários, com jornais de 1\$000 à 2\$000 por diversos serviços. A fazenda tinha capacidade de realizar estes pagamentos, pois os 18:399\$470 em dinheiro se encontravam em poder da inventariante e viúva Francisca Camillo de Oliveira. Neste inventário encontramos ainda uma descrição pormenorizada das compras com as casas comerciais da região e nela encontramos diversos produtos para o custeio e manutenção da fazenda além de *conta de seu empregado*, num destes recibos constam de 5 empregados, em pequenos valores por compras diversas, na meação do café, ou no pagamento dos salários estes débitos eram descontados.

Por tudo que foi trabalhado então, podemos dizer que, o acesso a bens – e também serviços (como médicos e remédios, por exemplo) – era facilitado pelos grandes fazendeiros que tinham acesso a estes circuitos, mercantis, como forma de dominação / negociação com os trabalhadores em geral e, em casos particulares com os ex-escravos. Os limites do controle colocados sobre os trabalhadores livres significavam assim de um lado, a reafirmação de elementos presentes desde à economia colonial, como a propriedade da terra, por outro lado em uma maior monetização e acesso a bens e serviços em uma economia que se modernizava a partir de relações arcaicas.

---

<sup>57</sup> AHUFJF inventário post mortem no 1269

## **BIBLIOGRAFIA**

- ALMADA, Vilma. **Escravidão e Transição**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- ALMICO, Rita de C. da Silva. **Fortunas em movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora /1870–1914**. (dissertação de Mestrado) Campinas: Unicamp, 2001.
- BRUNO, Regina. **Senhores da Terra, Senhores da Guerra: A nova face política das elites agroindustriais no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1997.
- CUNHA, Silvio Humberto Passos. **Um Retrato Fiel da Bahia: Sociedade-Racismo-Economia na Transição para o Trabalho Livre no Recôncavo Açucareiro, 1871-1902**. Tese de Doutorado, IE, Campinas, 2004.
- FRAGA, Walter Filho. **Encruzilhadas da Liberdade**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006
- FRAGOSO, João L. Ribeiro. **Sistemas Agrários em Paraíba do Sul: (1850-1920).Um Estudo de Relações Não-Capitalistas de Produção**. Dissertação de Mestrado. UFRJ, 1983.
- FRAGOSO, João Manuel e FLORENTINO O **Arcaísmo como projeto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1974.
- GORENDER, Jacob. **Escravidão Reabilitada**. São Paulo: Ática, 1989.
- KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e Vadiagem – a origem do trabalho livre no Brasil**. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.
- LANNA, Ana L. **A Transformação do Trabalho: A Passagem Para o Trabalho Livre na Zona da Mata Mineira, 1870 – 1920**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.
- LIMA, João Heraldo. **Café e indústria em Minas Gerais 1870/1920**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1981.
- MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. 2ª ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1981
- MATTOSO, Kátia Queiroz. **Ser Escravo no Brasil**. Tradução de James Amado, São Paulo: Ed. Brasiliense, 3ª ed. 1990.
- \_\_\_\_\_. **Bahia Século XIX: Uma Província no Império**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1992.
- MELLO, Pedro Carvalho de e SLENES, Robert W. Análise Econômica da Escravidão no Brasil in NEUHAS, Paulo (coord.) **Economia Brasileira: Uma Visão Histórica**. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1980.
- MENDONÇA, Sônia Regina. **A Primeira Política de Valorização do Café e sua Vinculação com a Economia Agrícola do Estado do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado, Niterói: ICH/UFF, 1977.

PASSOS SUBRINHO, José Modesto dos. **Reordenamento do Trabalho. Trabalho Escravo e Trabalho Livre no Nordeste Açucareiro. Sergipe 1850-1930**. Aracaju: FUNCAJU, 2000.

PIRES, Anderson. **Capital Agrário, Investimentos e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora 1870/1930**. Dissertação de Mestrado, UFF, 1993.

PRADO JR. Caio. **História Econômica do Brasil**. 17ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1977

PROCÓPIO FILHO, J. **Aspectos da Vida Rural em Juiz de Fora**. Juiz de Fora: S. ed. 1973, p. 19.

SARAIVA, Luiz Fernando. **Um Correr de Casas, Antigas Senzalas: A transição do trabalho escravo para o livre nas fazendas de café, 1870 – 1900**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História UFF, 2001.

SALETTTO, Nara. **Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo**. Vitória: EDUFES, 1996.

STEIN, Stanley. **A grandeza e decadência do café**. Editora Brasiliense, São Paulo 1983, p. 338

STOLCKE, Verena **Cafeicultura - Homens, Mulheres e Capital**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, Roceiros e Rebeldes**, tradução de Jussara Simões. Bauru, SP, Ed. da USC, 2001.

VANGELISTA, Chiara. **Os Braços da Lavoura. Imigrantes e ‘Caipiras’ na Formação do Mercado de Trabalho Paulista (1850 – 1930)**. Tradução Thei de Almeida Viana Bertorello, São Paulo, Hucitec, São Paulo, 1991

VIOTTI, Emília. **Da Senzala à Colônia**. 3ª ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1988

\_\_\_\_\_. Novos Públicos, Novos Domínios, Novas Histórias: Do Reduccionismo Econômico ao Reduccionismo Cultural, Uma Tentativa de Superação Dialética. In: **Anos 90**, Revista do PPGH – UFRS, 10/dez/1998.